

Pregão eletrônico 0056/2023

ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Quadro resumo	Contratada
	CNPJ
	Representante
	Objeto
	Validade
	Preço global
Anexos	A – Quadro de preços registrados B – Formulário para fornecimento

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu(sua) **digite...**, **digite...**, doravante denominada Instituição Gerenciadora, nos termos da Resolução SESC nº 1.252/2012, **RESOLVE** registrar os preços para a execução do(s) item(ns) constante(s) no Edital, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO SESC EM MINAS Nº 0056/2023**, para Registro de Preços, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa signatária constantes do Quadro de Preços Registrados, Anexo A desta Ata de Registro de Preços (Ata) proposta foi classificada em *primeiro* lugar, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem nas próximas páginas.

1. Objeto

1.1. Constitui objeto deste instrumento a formação de Ata de Registro de Preços para registro de preço de serviço de segurança desarmada de apoio e suporte para eventos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do Edital de Licitação.

1.2. O Prestador dos serviços e os respectivos preços unitários e totais para cada tipo de item e o valor total registrados constam do Quadro de Preços Registrados, Anexo A da presente Ata. Os serviços deverão ser executados em conformidade com



todas as especificações técnicas constantes no Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0056/2023 e seus Anexos.

1.3. O fornecimento/prestação de serviço durante a vigência desta Ata será executado em consonância com as disposições indicadas no Termo de Referência, respeitada a periodicidade mínima e os prazos ali estipulados.

1.4. Constituem partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0056/2023 e seus Anexos, que originou a presente Ata, bem como o Quadro de Preços Registrados (Anexo A) e demais documentos do processo licitatório.

2. Da Validade Do Registro De Preços

2.1. A presente Ata terá a validade de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura.

2.2. Excepcionalmente, a presente Ata poderá ser prorrogada, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução do Sesc nº 1.252/12, desde que haja saldo suficiente para tanto e condicionada a pesquisa de mercado que demonstre que o preço praticado se mantém vantajoso para a Instituição Gerenciadora, podendo haver atualização (a maior ou a menor) dos preços registrados, mediante ainda negociação entre as partes.

3. Do preço

3.1. Os preços que balizam a execução da presente Ata pelo(s) Fornecedor/Prestatador(es) signatário(s), são os valores unitários e totais para cada tipo de item e o valor total, constantes do Anexo II deste instrumento, de acordo com a respectiva classificação, e neles já estão inclusas todas as despesas direta e indiretamente relacionadas ao seu correto fornecimento, inclusive impostos, taxas e tributos.

3.2. Os preços registrados constantes no Quadro de Preços Registrados - Anexo A da presente Ata serão fixos pelo período de 12 (doze) meses, salvo a superveniência de condições de mercado que alterem o equilíbrio econômico-financeiro da ata, sendo adotada nestes casos os procedimentos previstos nos itens 3.3, 3.4 e na cláusula 8.

3.3. A Instituição Gerenciadora monitorará os preços registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em



decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos do fornecimento cujos preços estão registrados.

3.4. A Instituição Gerenciadora convocará o Fornecedor/Prestador de Serviço para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado, e desde que eventual atualização (para cima ou para baixo) do preço registrado se demonstre vantajosa em relação ao mercado.

3.4.1. Caso seja frustrada a negociação, o Fornecedor/Prestador de Serviço será liberado do compromisso assumido.

3.4.2. Antes de receber o pedido de fornecimento, e caso seja frustrada a negociação, o Fornecedor/Prestador de Serviço poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

3.4.3. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Instituição Gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata ou parte dela.

4. Dos prazos de execução/local/solicitação

4.1. O prazo para fornecimento dos produtos/execução dos serviços será aquele indicado no Termo de Referência.

5. Das condições de fornecimento/recebimento

5.1. O Fornecedor/Prestador de Serviço será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta **Ata**, mesmo que a execução deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

5.2. A solicitação para a prestação dos serviços será pela **Instituição Gerenciadora**, **obedecidos os prazos no Termo de Referência**, que poderá ser encaminhado por qualquer meio idôneo ao Fornecedor/Prestador de Serviço, tais como, memorando, ofício, e-mail ou sistema próprio do Fornecedor/Prestador de Serviço, devendo dele constar a data, o fornecimento/serviço que deverá ser feito, o prazo, e assinatura do responsável.



5.3. É obrigatória a emissão de nota fiscal/fatura para todos os serviços realizados.

5.4. O recebimento provisório e definitivo dos serviços acontece de acordo com os procedimentos previstos no Termo de Referência, observado o cumprimento de todas as normas exigidas para o serviço.

5.5. O **Fornecedor/Prestador de Serviço** é obrigado a providenciar às suas expensas a substituição do profissional, solicitada pela **Instituição Gerenciadora**, no prazo estipulado no Termo de Referência, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento e no Edital de Licitação e seus Anexos.

5.6. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o **Fornecedor/Prestador de Serviço** incorrendo em atraso e sujeito a aplicação das sanções previstas nesta **Ata** e no Edital de Licitação e seus Anexos.

5.7. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do **Fornecedor/Prestador de Serviço** por eventuais defeitos ou vícios intrínsecos, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento desta **Ata**, sem prejuízo das sanções previstas no presente instrumento e no Edital de Licitação e seus Anexos.

5.8. O **Fornecedor/Prestador de Serviço** quando do recebimento do Formulário para a prestação de serviço, enviado pela **Instituição Gerenciadora**, deverá colocar na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e o horário em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

5.8.1. A cópia do Formulário para a prestação de serviço, referido no item anterior, deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da Ata.

5.9. O **Fornecedor/Prestador de Serviço** da presente **Ata** fica obrigado a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o último quantitativo demandado no Pedido ao Fornecedor - PAF.

6. Da subcontratação

6.1. A subcontratação somente poderá ser realizada se expressamente autorizada pelo Termo de Referência, em etapas determinadas (parcial) e nas exatas condições ali previstas.



6.2. A execução e qualidade do serviço subcontratado continuarão inseridos na esfera de responsabilidade do **Fornecedor/Prestador de Serviço**, que responderá integralmente por eventuais inadequações, vícios e/ou falhas no fornecimento ou prestação de serviço.

7. Do pagamento

7.1. A **Instituição Gerenciadora** pagará ao **Fornecedor/Prestador de Serviço** o valor apurado conforme o fornecimento/serviço realizado, em consonância com os pedidos da **Instituição Gerenciadora** e o cumprimento dos prazos previstos neste instrumento e nos seus Anexos.

7.2. Após realizada a conferência e aceite formal por parte da **Instituição Gerenciadora**, o **Fornecedor/Prestador de Serviço** poderá emitir as notas fiscais ou outro documento idôneo de cobrança.

7.2.1. A emissão da nota fiscal e sua entrega ao Fornecedor/Prestador de Serviço não poderá transcorrer mais de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2.2. A nota fiscal/fatura será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, proposta e constante nesta Ata, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, e, ainda, em conformidade com as exigências legais, acrescida das seguintes informações e documentos:

- a. Objeto do Contrato;
- b. Número do Contrato;
- c. Período de referência do faturamento;
- d. Conta bancária, Banco e Agência;
- e. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver;
- f. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pela Instituição Gerenciadora, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;
- g. Comprovante de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa do Fornecedor.



- h. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- i. GFIP do Prestador.

7.3. Após o protocolo da nota fiscal/fatura e documentação, a Instituição Gerenciadora verificará o atendimento às condições estabelecidas no item 7.2. e seu subitem em até 10 (dez) dias consecutivos.

7.3.1. Caso seja constatada qualquer pendência relativa ao atendimento dos requisitos elencados no item 7.2. e seu subitem, a **Instituição Gerenciadora** devolverá toda a documentação e cientificará o **Fornecedor/Prestador de Serviço** da pendência verificada, observando-se o prazo estabelecido no item 7.3. que passará a ser contado da data de reapresentação da documentação à Instituição Gerenciadora, devidamente saneada.

7.3.2. A devolução de nota fiscal/fatura pela Instituição Gerenciadora não importará na suspensão do fornecimento/serviço pelo Fornecedor/Prestador de Serviço, ou a eximirá de realizar o pagamento devido a seus empregados ou de adimplir qualquer obrigação financeira decorrente da execução da Ata.

7.4. Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual ou municipal), na forma e modo determinados na legislação vigente.

7.5. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, por meio de ordem bancária, e ocorrerão conforme relacionado abaixo:

- a. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 06 e 15 do mês corrente serão pagas no dia 05 do mês subsequente;
- b. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 16 e 25 do mês corrente serão pagas no dia 15 do mês subsequente;
- c. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **26 e 05** do mês corrente serão pagas no próximo dia **25**;

7.6. A Instituição Gerenciadora poderá sustar os pagamentos devidos ao Fornecedor/Prestador de Serviço e reter os créditos e/ou a garantia, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:



- a. à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b. à existência de débitos para com a Instituição Gerenciadora;
- c. à existência de débitos para com terceiros ou outros débitos de responsabilidade do Prestador, inclusive de natureza fiscal e trabalhista, relacionados com o fornecimento/serviço, que possam ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária da Instituição Gerenciadora.

7.7. As ocorrências previstas no item 7.6. acima não constituem a **Instituição Gerenciadora** em mora e não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento, reservando-se à **Instituição Gerenciadora** o direito de se utilizar dos pagamentos devidos ao **Fornecedor/Prestador de Serviço** para cobrir as pendências apuradas.

7.8. Fica vedada a emissão de duplicatas com base neste Ata, não se responsabilizando a **Instituição Gerenciadora**, em hipótese alguma, por seu pagamento.

7.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **Fornecedor/Prestador de Serviço** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Instituição Gerenciadora** será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)/365$; $I = 0,06/365$; $I = 0,00016438$.

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

8. Do reequilíbrio econômico-financeiro

8.1. Os preços registrados constantes no Quadro de Preços Registrados - Anexo A da presente Ata serão fixos pelo período de 12 (doze) meses.

8.2. Eventuais solicitações do **Fornecedor/Prestador de Serviço** com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados deverão ser acompanhadas da efetiva comprovação da superveniência de fato imprevisível ou



previsível, porém de consequências incalculáveis, que acarrete grave desequilíbrio do Registro de Preços, não imputável diretamente ao **Fornecedor/Prestador de Serviço**, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos da presente Ata.

8.3. Os efeitos financeiros do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados na presente Ata serão devidos a contar da data de sua solicitação, por escrito, pelo **Fornecedor/Prestador de Serviços**.

8.4. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do **Fornecedor/Prestador de Serviço** e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

8.5. Será considerado preço de mercado os que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Instituição Gerenciadora** para determinado item, ou, ainda, os constantes de tabela realizada por órgãos de pesquisa contratados pela **Instituição Gerenciadora**, se for o caso.

9. Das sanções administrativas

9.1. É vedado ao Fornecedor/Prestador de Serviço descumprir total ou parcialmente as obrigações contratuais assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras, previstas em contrato ou em instrumento equivalente e no termo de referência ou memorial descritivo;
- b. Atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- c. Paralisação de obra, serviço ou fornecimento de bens sem autorização do Sesc em Minas;
- d. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- e. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços fornecidos;
- f. Prestação de serviço de qualidade inferior ao pactuado;
- g. Recusa injustificada do contratado em assinar o contrato ou documento equivalente, e/ou de receber o Pedido ao Fornecedor;



h. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

9.2. É igualmente vedado ao **Fornecedor/Prestador de Serviço**, a conduta ou a omissão que configure descumprimento de qualquer previsão das normas internas do Sesc em Minas, dos princípios gerais do direito, ou da legislação vigente.

9.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a **Instituição Gerenciadora** poderá aplicar ao **Fornecedor/Prestador de Serviço**, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a. Multa moratória;
- b. Multa por inadimplemento de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;
- c. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d. Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada.

9.4. A aplicação das penalidades descritas nos incisos “a” a “d” da cláusula 9.3, não é gradativa, de modo que a aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

9.5. No caso de descumprimento, pelo **Fornecedor/Prestador de Serviço**, dos prazos previstos neste Contrato, em seus anexos ou nos demais documentos formalizados ao longo da vigência contratual, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso.

9.5.1. Configurado o atraso, a multa apurada será descontada diretamente no pagamento fornecimento/serviço entregue em atraso, independente da aplicação das demais multas estipuladas nesta Cláusula.

9.6. A aplicação das multas previstas na cláusula 9.3 não impedem a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela **Instituição Gerenciadora** excedam o valor da multa fixada.

9.7. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo **Instituição Gerenciadora** e da garantia contratual prestada pelo **Fornecedor/Prestador de Serviço**, quando houver.



9.8. Permanecendo saldo devedor, mesmo após a utilização da garantia e a retenção de créditos do **Fornecedor/Prestador de Serviço**, esta deverá realizar o seu pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da sua notificação.

10. Do cancelamento da ata de registro de preços

10.1. A presente **Ata** poderá ser cancelada pela **Instituição Gerenciadora**, de pleno direito, por seu interesse, ou caso ocorra qualquer das hipóteses previstas na Resolução Sesc nº 1.252/2012, bem como pelo:

- a. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos nesta **Ata** ou no Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0056/2023 e seus Anexos, sem prejuízo das devidas sanções penais e administrativas cabíveis;
- b. lentidão do seu cumprimento, levando o **Fornecedor/Prestador de Serviço** a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento/serviço, nos prazos estipulados;
- c. atraso injustificado no início do fornecimento/serviço;
- d. paralisação do fornecimento/serviço, sem justa causa e prévia comunicação à **Instituição Gerenciadora**;
- e. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto desta **Ata**, se assim for decidido pela **Instituição Gerenciadora**;
- f. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g. alteração de substância, qualidade ou quantidade dos serviços fornecidos;
- h. associação do **Fornecedor/Prestador de Serviço** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que previamente avaliadas as transformações societárias em questão pela **Instituição Gerenciadora**, e consideradas prejudiciais à execução do contrato;
- i. desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução desta **Ata**, assim como as de seus superiores;
- j. cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- k. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do **Fornecedor/Prestador de Serviço**;



- l. dissolução da sociedade ou o falecimento do **Fornecedor/Prestador de Serviço**;
- m. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que resulte em prejuízo ao fornecimento/serviço;
- n. razões de interesse da Instituição Gerenciadora, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade competente;
- o. supressão, por parte do Fornecedor/Prestador de Serviço cujos preços foram registrados, acarretando modificação do valor total registrado além do limite permitido;
- p. suspensão de execução, por ordem escrita da **Instituição Gerenciadora**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, assegurado ao **Fornecedor/Prestador de Serviço**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- q. atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos ao **Fornecedor/Prestador de Serviço** decorrentes do fornecimento/serviço, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao **Fornecedor/Prestador de Serviço** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- r. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do serviço;
- s. por razões de relevante interesse do Sesc em Minas, devidamente demonstradas e justificadas pela **Instituição Gerenciadora** no processo administrativo que deu origem à presente **Ata**;
- t. não atendimento aos normativos do Sesc em Minas pelo **Fornecedor/Prestador de Serviço**.

10.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, e consequente rescisão desta **Ata**, será mediante envio de correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente **Ata**.



10.2.1. Na hipótese de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do **Fornecedor/Prestador de Serviço**, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município sede do **Fornecedor/Prestador de Serviço**, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da data de publicação, e consequente rescisão desta **Ata**.

11. Das disposições finais

11.1. Esta **Ata**, os pedidos de fornecimento/serviços conforme Termo de Referência e o Pedido ao Fornecedor - PAF dela decorrente que eventualmente venha a ser gerado representam todo o acordo entre as Partes com relação ao objeto neles previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações deverão ser realizadas por escrito e assinado pelos representantes de ambas as Partes.

11.1.1. Integram a presente Ata o Anexo A - Quadro de Preços Registrados e o Anexo B - Formulário para Fornecimento.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Resolução Sesc nº 1.252/2012 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, pelos Princípios Gerais de Direito.

11.3. O **Fornecedor/Prestador de Serviço** não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira.

11.4. O **Fornecedor/Prestador de Serviço** não poderá transferir ou ceder os direitos e obrigações deste Contrato, salvo com autorização prévia e expressa da **Instituição Gerenciadora**, que poderá, para tanto, exigir documentos e esclarecimentos.

11.5. A eventual abstenção da **Instituição Gerenciadora** do uso dos direitos a ele assegurados neste Contrato, ou a não aplicação de penalidades nele previstas, não será considerada novação ou renúncia.

11.6. Todas as notificações e entendimentos entre a **Instituição Gerenciadora** e O **Fornecedor/Prestador de Serviço** serão realizados formalmente, por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceito nenhum entendimento verbal.

11.7. O foro da presente Ata é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.



*E, por assim estarem, concordes com as cláusulas da presente **Ata** e seus Anexos, assinam seus representantes em duas vias, para que se produzam os seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.*

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2023.

Instituição
Gerencia-
dora

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fornecedor/
Prestador de
Serviço

[NOME]
[REPRESENTANTE]
PRESTADOR DE SERVIÇOS
CNPJ

Testemunha 1

Testemunha 2



Anexo A – Quadro de preços registrados

Este documento é parte integrante da ata de registro de preços para fornecimento/prestação de serviço, sob demanda, de segurança desarmada de apoio e suporte para eventos, observado o resultado do pregão eletrônico SESC Minas nº 0056/2023, e contém o fornecedor/prestador de serviço e os respectivos preços unitários e totais para cada tipo de item e o valor total registrados.

A. Resumo e dados dos fornecedores

Prestador
CNPJ
Endereço
Telefone
E-mail
Rep. Legal

B. Descrição do objeto

Registro de preços para fornecimento, sob demanda, conforme quadro abaixo:

Lote/Item XXXX	Item
	Descritivo
	Quantitativo
	Unidade de medida
	Valor unitário
Valor total: R\$	

Obs.: Nos preços registrados estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto demandado.



Anexo A – Quadro de preços registrados

Prestador

[NOME]
[REPRESENTANTE]
PRESTADOR DE SERVIÇOS
CNPJ

Testemunha 1

Testemunha 2

**ANEXO B - FORMULÁRIO PARA FORNECIMENTO**

Este documento é parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, decorrente do Edital de Licitação - **Pregão Eletrônico Sesc em Minas nº 0056/2023** para fornecimento, sob demanda, de serviço de segurança desarmada de apoio e suporte para eventos.

Nº DO PEDIDO: (PREENCHIMENTO DO FISCAL)	
FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARGO E NOME)	
UNIDADE DEMANDANTE:	
ENDEREÇO DE ENTREGA:	
E-MAIL E TELEFONE DO FISCAL:	

SOLICITO EXECUÇÃO DO(S) SEGUINTE(S) ITEM(S)			USO DO FISCAL
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. SOLICITADA/UNID. DE MEDIDA	QUANT. FORNECIDA
1			
2			

Nenhum item deverá ser executado antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

O fornecimento de itens somente será procedido através de encaminhamento do presente FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO devidamente preenchido e assinado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços;

Este FORMULÁRIO deve ser impresso e anexado ao processo administrativo correspondente.